

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2018



BARRACRED

COOPERATIVA DE CRÉDITO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31/12/2018 da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DO GRUPO COSAN – BARRACRED COSAN**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Fundada em 13/05/1996 a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO COSAN – BARRACRED COSAN, em 2018 completou 22 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para o fomento da poupança, através da capitalização mensal, do crédito, através das várias linhas, da orientação financeira para uma melhor utilização dos recursos financeiros, da elaboração e do controle do orçamento familiar, aos sócios desta cooperativa.

A BARRACRED COSAN é uma empresa sócio econômica e tem como um de seus principais objetivos a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento social de seus cooperados e dependentes.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, a BARRACRED COSAN obteve um resultado líquido de **R\$ 6.946.910**, representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de **6,03%**.

3. Ativos

Os recursos estão aplicados em instituições financeiras comerciais no total de **R\$ 44.811.187** e **R\$ 44.955** em relações interfinanceiras na CECRESP. Por sua vez a carteira de créditos representava **R\$ 74.098.052**.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Normal - Crédito Pessoal	R\$ 35.586.445	48,03 %
Construção e Reforma	R\$ 15.636.464	21,10 %
Automóvel	R\$ 14.479.893	19,54 %
Refinanciamento de Veículo	R\$ 2.373.581	3,20 %
Parceria Comercial	R\$ 2.320.449	3,13 %
Inclusão Digital	R\$ 1.555.597	2,10 %
FES - Fundo de Emergência Social	R\$ 505.169	0,68 %
Saúde	R\$ 432.597	0,58 %
Imóvel - 50% a 100%	R\$ 252.269	0,34 %
Imóvel - 0% a 19,99%	R\$ 197.353	0,27 %
Imóvel - 40% a 49,99%	R\$ 185.806	0,25 %
IPVA	R\$ 120.909	0,16 %
Benefício Ótica	R\$ 119.826	0,16 %
Educação	R\$ 111.105	0,15 %
Imposto de Renda	R\$ 84.873	0,11 %
Imóvel - 20% a 29,99%	R\$ 46.057	0,06 %
Convênio Gás	R\$ 30.181	0,04 %
Capacitação Profissional	R\$ 27.604	0,04 %
Imóvel - 30% a 39,99%	R\$ 23.649	0,03 %
Volta as Aulas	R\$ 5.223	0,01 %
Páscoa	R\$ 2.128	0,00 %
IPTU	R\$ 874	0,00 %
Total da Carteira de Crédito	74.098.052	100,00 %

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de **1,61%** da Carteira de Crédito, no montante de **R\$ 1.195.363**.

4. Capitalização

As integralizações ao Capital Social, no total de **R\$ 29.092.067**, apresentaram um acréscimo em relação ao mesmo período do exercício anterior de **5,36%**, a devolução de capital foi de **R\$ 28.991.771**, ao capital houve a incorporação de juros e sobras no montante de **R\$ 5.657.819**.

Os Vinte Maiores Cotistas de Capital representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de **6,99%** da capitalização, no montante de **R\$ 6.587.200**.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio Líquido do BARRACRED COSAN em 31 de dezembro de 2018 era de **R\$ 115.171.678**, havendo um acréscimo de **12,01%** em relação ao mesmo período do exercício anterior. E o quadro de associados é composto por **24.722** cooperados.

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão. A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão, que possibilitam a mitigação dos riscos.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da BARRACRED COSAN aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do histórico da empresa mãe, quando podemos avaliar tempo de empresa, salário, % de comprometimento salarial, verbas rescisórias, comportamento na cooperativa, adequando o empréstimo à capacidade de pagamento do cooperado.

No total da Carteira de Empréstimos em 31/12/2018 no valor de **R\$ 74.098.052**, os níveis "A" a "C", representa **97,19%** da classificação de risco.

9. Conselho Fiscal

Eleito a cada 2 anos na AGO, com mandato até a AGO de 20 de abril de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à Diretoria Executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da

Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria foi constituída no segundo semestre de 2007 e, a partir de 03 de janeiro de 2011, foi firmado com o Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob) o Termo de Adesão ao Convênio para compartilhamento e utilização do componente organizacional de ouvidoria único mantido no Bancoob, que dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor.

A finalidade é atender às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria, tornando o diálogo aberto e direto com associados e usuários ainda mais decisivo na definição de estratégias de relacionamento.

No exercício de 2018 a ouvidoria do BARRACRED COSAN não registrou nenhuma manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Barra Bonita, 22 de fevereiro de 2019.

Luis Carlos Veguin
Diretor Presidente

Celso Renato Geraldin
Diretor Administrativo

Jorge Pachelli
Contador
CRC 1SP254667/O-8

RESULTADOS 2018

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO COSAN - BARRACRED COSAN

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	-	1	172.159	Sociais e estatutárias	11	860.777	1.333.411
Títulos e valores mobiliários	5	44.811.186	43.962.262	Fiscais e previdenciárias	12.a	211.595	224.851
Relações interfinanceiras	6	44.955	11.045	Provisão para riscos fiscais	12.b	1.445.335	1.644.342
Operações de Crédito	7	44.737.132	39.752.791	Diversas	13	1.398.786	1.100.100
Outros créditos	8	1.610.280	1.144.193				
Outros valores e bens	9	12.571	14.072				
Total do Ativo circulante		91.216.125	85.056.522	Total do passivo circulante		3.916.493	4.302.704
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Operações de crédito	7	27.294.080	22.330.112	Provisão para riscos fiscais	12.b	6.924.681	6.165.505
Total do realizável a longo prazo		27.294.080	22.330.112	Total passivo não circulante		6.924.681	6.165.505
Permanente				Patrimônio líquido			
Investimentos	10.a	6.043.519	4.737.336	Capital social	14.a	94.227.716	87.417.613
Imobilizado de uso	10.b	990.411	884.420	Reserva Legal	14.b	12.991.498	8.174.215
Intangível	10.c	468.716	286.013	Reservas de expansão	14.c	1.005.553	1.503.538
Total do permanente		7.502.646	5.907.769	Sobras acumuladas	14.d/e	6.946.910	5.730.828
Total do ativo não circulante		34.796.726	28.237.881	Total do Patrimônio líquido		115.171.677	102.826.194
TOTAL DO ATIVO		126.012.851	113.294.403	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		126.012.851	113.294.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

RESULTADOS 2018

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO COSAN - BARRACRED COSAN

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Descrição das contas	2º SEMESTRE	31/12/2018	31/12/2017
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.296.440	20.787.259	22.009.722
Operações de crédito	8.959.187	18.147.789	18.599.945
Resultado de operações com tít. e valores mobiliários	1.337.253	2.639.470	3.409.777
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.993	(326.383)	(287.593)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.993	(326.383)	(287.593)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.308.433	20.460.876	21.722.129
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.415.662)	(4.161.676)	(3.830.080)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	103.557	338.618	376.317
Dispêndios e despesas de pessoal	(1.848.231)	(3.824.265)	(3.655.007)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 16)	(1.027.425)	(1.984.090)	(1.681.941)
Dispêndios e despesas tributárias	(76.988)	(157.373)	(195.698)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)	1.433.843	1.466.224	1.327.197
Outros dispêndios e despesas operacionais	(418)	(790)	(948)
RESULTADO OPERACIONAL	8.892.771	16.299.200	17.892.049
RECEITAS NÃO OPERACIONAL	52.374	52.374	50.989
DESPESAS NÃO OPERACIONAL	(226.332)	(435.928)	(600.045)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	8.718.813	15.915.646	17.342.993
Imposto de renda e contribuição social	(551.646)	(1.086.577)	(1.408.106)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO JUROS AO CAPITAL	8.167.167	14.829.069	15.934.887
Juros ao capital (Nota 15)	(3.372.290)	(6.656.234)	(9.192.736)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	4.794.877	8.172.835	6.742.151
F A T E S	-	(408.642)	(337.108)
Reserva legal	-	(817.283)	(674.215)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	4.794.877	6.946.910	5.730.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

RESULTADOS 2018

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO COSAN - BARRACRED COSAN

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Expansão	Sobras Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2016	76.251.249	6.015.844	1.908.490	2.689.594	86.865.177
Destinação de sobras exercício anterior					
Ao capital	993.799	-	-	(993.799)	-
Sobras a devolver	-	-	-	(211.639)	(211.639)
Destinação reserva legal	-	1.484.156	-	(1.484.156)	-
Movimentação de Capital					
Por subscrição/realização	27.611.677	-	-	-	27.611.677
Por devolução (-)	(25.253.919)	-	-	-	(25.253.919)
Incorporação de juros	7.814.807	-	-	-	7.814.807
Reversões de reservas	-	-	(404.952)	-	(404.952)
Sobras líquidas	-	-	-	6.742.151	6.742.151
Destinação das sobras:					
Fundo de reserva	-	674.215	-	(674.215)	-
F A T E S	-	-	-	(337.108)	(337.108)
Saldos em 31/12/2017	87.417.613	8.174.215	1.503.538	5.730.828	102.826.194
Destinação de sobras exercício anterior					
Ao capital	1.051.989	-	-	(1.051.989)	-
Sobras a devolver	-	-	-	(278.839)	(278.839)
Destinação reserva para expansão	-	-	400.000	(400.000)	-
Destinação reserva legal	-	4.000.000	-	(4.000.000)	-
Movimentação de Capital					
Por subscrição/realização	29.092.067	-	-	-	29.092.067
Por devolução (-)	(28.991.772)	-	-	-	(28.991.772)
Incorporação de juros	5.657.819	-	-	-	5.657.819
Reversões de reservas	-	-	(897.985)	-	(897.985)
Sobras líquidas	-	-	-	8.172.835	8.172.835
Destinação das sobras ou perdas:					
Fundo de reserva	-	817.283	-	(817.283)	-
F A T E S	-	-	-	(408.642)	(408.642)
Saldos em 31/12/2018	94.227.716	12.991.498	1.005.553	6.946.910	115.171.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

RESULTADOS 2018

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO COSAN - BARRACRED COSAN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras do exercício	8.167.167	14.829.069	15.934.887
Provisão para juros ao capital	(3.372.290)	(6.656.234)	(9.192.736)
Depreciações e amortizações	61.690	172.180	119.035
Provisão de operações de crédito	(11.993)	326.384	287.593
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de crédito	(874.794)	(10.274.693)	(3.310.838)
Outros créditos	(397.802)	(466.087)	(235.766)
Outros valores e bens	(7.110)	1.501	(949)
Outras obrigações	(759.448)	372.964	1.287.925
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	2.805.420	(1.694.915)	4.889.152
Adições em investimentos	(960.398)	(1.306.183)	(764.826)
Aquisições e baixas de imobilizado e intangível	(221.343)	(460.874)	(393.353)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(1.181.741)	(1.767.057)	(1.158.179)
Sobras a devolver a ex-cooperados	-	(278.839)	(211.639)
Aumento por novos aportes de Capital	16.062.285	29.092.067	27.611.677
Devolução de capital e sobras à cooperados	(14.107.214)	(28.991.772)	(25.253.919)
Subscrição de juros ao capital	3.217.133	5.657.819	7.814.808
Reversão de reserva expansão	(462.310)	(897.985)	(404.951)
FATES sobras exercício	(408.642)	(408.642)	(337.108)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	3.119.511	4.172.648	9.218.868
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.743.190	710.676	12.949.841
No início do período	40.112.952	44.145.466	31.195.625
No fim do período	44.856.142	44.856.142	44.145.466
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	4.743.190	710.676	12.949.841

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONARIOS DO GRUPO COSAN - BARRACRED COSAN é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 13 de maio de 1996- filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

O COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONARIOS DO GRUPO COSAN - BARRACRED COSAN não possui Postos de Atendimento.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração ou pelo conselho de administração em 18 de fevereiro de 2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CFC nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 04 (R1) - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito estão pelo valor de concessão, acrescidos de juros e calculados “Pro Rata Die”.

d) Provisão de Operações de Crédito

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN 2.682/1999 que determina a classificação das operações por nível de risco.

e) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICCOB CENTRAL CECRESP e ações da Corretora de Seguros, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

f) Imobilizado

Correspondente aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade. Demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, menos depreciação e amortização acumulada. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa de número 10, que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos

intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

h) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

i) Provisão para riscos fiscais.

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Passivo contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

k) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

n) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas pela Secretaria da Receita Federal como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

p) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

r) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalente de caixa compreendem: (i) Títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais com rentabilidade acumulada para 2018 de 1,26% a 6,02% (líquida de despesas, mas não de impostos).

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito Bancários	1	172.159
Relações interfinanceiras – centralização financeira	44.955	11.045
Títulos e Valores Mobiliários(i)	44.811.186	43.962.262
Total	44.856.142	44.145.466

NOTA 05 – APLICAÇÕES EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários da BARRACRED COSAN estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundos de Curto Prazo	44.811.186	43.962.262
Total	44.811.186	43.962.262

NOTA 06 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central Cecresp, conforme determinado no art. 23, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira	44.955	11.045
Total	44.955	11.045

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos *	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Total da Provisão em 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Total da Provisão em 31/12/2017
A	0,5%	Normal	24.425.878	17.665.987	42.091.865	(210.459)	39.073.785	(195.368)
A	0,5%	Vencidas	-	-	-	-	3.149	(16)
B	1%	Normal	8.696.533	15.669.881	24.366.414	(243.664)	19.064.279	(190.643)
B	1%	Vencidas	8.571	3.459	12.030	(120)	12.559	(126)
C	3%	Normal	2.288.038	3.242.555	5.530.593	(165.918)	3.782.420	(113.473)
C	3%	Vencidas	9.817	4.102	13.919	(418)	21.004	(630)
D	10%	Normal	91.015	198.024	289.039	(28.904)	352.464	(35.246)
D	10%	Vencidas	14.420	8.716	23.136	(2.314)	11.013	(1.101)
E	30%	Normal	108.739	276.359	385.098	(115.529)	310.075	(93.023)
E	30%	Vencidas	17.817	5.596	23.413	(7.024)	22.609	(6.783)
F	50%	Normal	30.765	82.368	113.133	(56.567)	95.305	(47.652)
F	50%	Vencidas	10.505	3.004	13.509	(6.755)	12.768	(6.385)
G	70%	Normal	10.003	3.912	13.915	(9.741)	27.294	(19.106)
G	70%	Vencidas	3.897	4.639	8.536	(5.976)	12.437	(8.706)
H	100%	Normal	81.239	57.737	138.976	(138.976)	108.991	(108.991)
H	100%	Vencidas	946.567	127.907	1.074.474	(1.074.474)	913.209	(913.209)
Total Normal			35.732.210	37.196.823	72.929.033	(969.758)	62.814.613	(803.502)
Total Vencidas			1.011.595	157.423	1.169.018	(1.097.081)	1.008.748	(936.956)
Total Geral			36.743.805	37.354.246	74.098.051	(2.066.839)	63.823.361	(1.740.458)
Previsões (-)					(2.066.839)	-	(1.740.458)	-
Total Líquido			36.743.805	37.354.246	72.031.212	-	62.082.903	-

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas e os riscos acima estão de acordo com as normas do Banco Central.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2018
Empréstimos/Financiamentos	14.948.491	30.594.745	28.554.815	74.098.051

c) Distribuição das Operações por tipo de cliente:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Pessoa Física	74.098.051	63.823.361

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(1.740.458)	(1.454.418)
Constituições/Reversões no período	(326.381)	(286.040)
Total	(2.066.839)	(1.740.458)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	131.706	0,18%	88.544	0,12%
10 maiores devedores	745.246	1,01%	751.667	1,01%
50 maiores devedores	2.339.013	3,16%	2.296.942	3,10%

NOTA 08– OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliados no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de Funcionários	-	535
Devedores Diversos (*)	1.610.280	1.143.659
Total	1.610.280	1.144.193

* A conta repasse de empresas mantenedoras está assim composta:

Devedores Diversos - País	31/12/2018	31/12/2017
USINA DA BARRA S/A - AÇUCAR E ALCOOL	70.522	71.987
FBA - UNIVALEM	50.822	14.254
FBA - GASA	88.617	25.386
COSAN - PORTUÁRIA	-	2.994
FBA - IPAUSSU	25.219	14.161
BONFIM	58.315	105.158
CENTROESTE JATAI	27.742	42.183
BENALCOOL	38.589	-
CENTRAL ADMINISTRATIVA - BARRA 0998	68.424	86.172
CAARAPÓ	9.011	11.971
RAIZEN PARAGUAÇU	7.395	8.185
COSTA PINTO	47.336	68.296
SANTA HELENA	69.235	-
SERRA	25.229	17.886
DIAMANTE	1.969	25.073
JUNQUEIRA	29.556	38.789
ARARAQUARA - SP	38.482	47.733
LOGISPOT ARMAZENS GERAIS	12.010	14.778
BARRA - FILIAL CSC	10.741	18.512
BIOMASSA JAÚ	14.390	10.921
RAIZEN PARAGUAÇU - TARUMÃ	31.795	11.587
ELEVAÇÕES PORTUÁRIAS	278.582	284.725
ALL - LOGISTICA MALHA PAULISTA	40.872	-
COMGÁS - FIGUEIRA 2	67.207	19.230
PARAISO	35.240	-
SANTA CANDIDA	37.505	-
DEMAIS UNIDADES DO GRUPO COSAN	425.474	203.676
Total	1.610.280	1.143.659

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

Em 31/12/2018 está registrado o valor de **R\$ 12.571**, referente despesas antecipadas de prêmios de seguros.

Despesas Antecipadas	31/12/2018	31/12/2017
	Circulante	Total
Prêmios de seguros	12.571	14.072

NOTA 10– PERMANENTE

a) Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações da Cecresp Corretora de Seguros, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2018	31/12/2017
SICOOB CENTRAL CECRESP	6.043.519	4.737.336
Total	6.043.519	4.737.336

b. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, menos depreciação. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2018			31/12/2017	Taxas anuais
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido	de depreciação %
Edificações	825.242	(386.119)	439.123	472.132	4,00%
Móveis e equipamentos de uso	595.518	(260.487)	335.031	244.117	10,00%
Sistema de comunicação	37.533	(37.533)	-	338	10,00%
Sistema de processamento de dados	312.960	(249.323)	63.637	87.824	20,00%
Sistema de Alarme	25.536	(19.298)	6.238	8.603	10,00%
Sistema de Transporte	183.045	(36.663)	146.382	71.406	20,00%
Total	1.979.834	(989.423)	990.411	884.420	-

Valor Recuperável dos Ativos

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade tomou a iniciativa e avaliou adequação do valor dos ativos contabilizados, para verificar se os bens registrados no imobilizado apresentavam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado ou não. Como resultados, destacamos:

I - Veículos - Considerando os valores anotados na tabela FIPE de 31/12/2018, identificado a desvalorização dos veículos no montante de **R\$ 1.552**. Efetuado a devida atualização em Dezembro de 2018.

II - Edificações: Considerando laudos de avaliações emitidos por corretores de imóveis da cidade, a cooperativa não identificou a necessidade de adequação de seus registros contábeis referente ao seu imóvel (sede).

c) Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Intangível	31/12/2018			31/12/2017
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Outros ativos intangíveis	1.141.517	(672.801)	468.716	286.013

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	823.619	543.839
Cotas de Capital a Pagar	37.158	789.572
Total	860.777	1.333.411

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS,
PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES**

a) Obrigações fiscais e previdenciárias:

Referem-se impostos sobre folha de pagamento e outras contribuições:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	211.595	224.851
Total	211.595	224.851

b) Provisões para riscos fiscais:

A administração da cooperativa tem constituído provisão para tributos sobre os rendimentos de aplicações financeiras em instituições financeiras não cooperativas. São mantidas as provisões sobre os valores correspondentes aos últimos 5 anos, conforme detalhamento a seguir:

Provisões fiscais	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
PIS	21.551	98.039	119.590	114.810
COFINS	132.622	603.320	735.942	706.522
IRPJ	793.831	3.660.353	4.454.184	4.164.725
CSLL	497.331	2.562.969	3.060.300	2.823.790
Total	1.445.335	6.924.681	8.370.016	7.809.847

c) Passivos contingentes:

A cooperativa possui processo administrativo de número 16004.720143/2014-45 (Receita Federal) desde 30/06/2014 que objetiva impugnar auto de infração de cobrança de Imposto de Renda Pessoa Física incidente sobre distribuição de sobras nos exercícios de 2010 e de 2011. A exigibilidade do passivo considerado como possível é de **R\$ 493.905** e sobre esse valor não se efetuou provisão contábil.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - diversas	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	878.265	717.970
Empréstimos e Financiamentos a pagar	471.600	337.058
Contas a pagar - demais fornecedores	48.921	45.072
Total	1.398.786	1.100.100

(a) Provisão para Pagamentos a efetuar, refere-se saldo de salários a pagar e provisão e encargos de férias a pagar na data de 31/12/2018.

(b) Empréstimos e Financiamentos a pagar refere-se a arquivos eletrônicos de liberações de empréstimos para serem enviados para as contas dos cooperados assim que forem deliberados.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	94.227.716	87.417.613
Total de associados	24.722	22.600

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades com saldo de **R\$ 12.991.498** em 31/12/2018.

c) Reserva para Expansão

A Reserva de Expansão refere-se as destinações estatutárias para investimentos e fortalecimento da Cooperativa.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Reserva para Expansão	1.005.553	1.503.538

d) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em **09 de abril de 2018**, os cooperados deliberaram pelo aumento do Capital Social com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de **R\$ 1.330.828**.

e) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas ficarão a cargo da destinação da Assembleia Geral.

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
De Atos Cooperativos	14.829.069	15.934.887
Juros ao Capital	(6.656.234)	(9.192.736)
Sobras antes das Destinações Estatutárias	8.172.835	6.742.151
FATES	(408.642)	(337.108)
Reserva Legal	(817.283)	(674.215)
Sobra ou Perdas Líquidas do Exercício	6.946.910	5.730.828

NOTA 15 – PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa vem pagando juros ao capital, remunerando o capital do associado. Os critérios para o pagamento obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997. O IRRF de 15% sobre a remuneração de juros ao capital, foi recolhido à Receita Federal mensalmente nas datas dos vencimentos.

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de água, energia e gás	9.022	15.465	16.090
Despesas de comunicações	64.454	125.330	135.445
Despesas de manutenção e conservação de bens	153.832	311.407	309.468
Despesas de material	15.590	33.421	34.445
Despesas com manutenção de equipamentos	1.757	4.102	4.392
Despesas de propaganda e publicidade	1.480	2.908	1.100
Despesas de seguros	959	1.966	1.741
Despesas de serviços do sistema financeiro	39.926	78.416	64.628
Despesas de serviços de terceiros	905	1.982	19.835
Despesas de serviços de vigilância e segurança	1.488	2.502	3.891
Despesas de serviços técnicos especializados	53.542	178.469	138.968
Despesas de transporte	26.387	57.996	56.026
Despesas de viagem no país	14.953	32.351	30.488
Outras despesas administrativas	458.109	875.590	688.316
Despesas de amortização	43.850	97.071	68.649
Despesas de depreciação	44.656	90.470	88.273
Prejuízos na alienação de valores e bens	-	1.552	8.460
Perdas de capital	25.756	73.092	11.726
Total	956.666	1.984.090	1.681.941

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais (a)	32.382	1.466.224	1.327.197

(a) Os ingressos referem-se a distribuição de juros ao capital distribuído pelo Sicoob Central Cecresp e o estorno da provisão de contingência do ano de 2012 por ter prescrito 05 anos.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as de dirigir e controlar as atividades da entidade, inclusive diretores e executivos e conselho fiscal da cooperativa.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, conforme quadro abaixo:

a) Valor de créditos liberados no exercício de 2018:

31/12/2018		31/12/2017	
Liberação de Crédito	% Em relação à Carteira Total	Liberação de Crédito	% Em relação à Carteira Total
421.519	56,89%	175.965	24,00%

b) Saldo das operações ativas do exercício de 2018:

31/12/2018		31/12/2017	
Operação de Crédito	% Em relação à Carteira Total	Liberação de Crédito	% Em relação à Carteira Total
250.926	33,86%	430.971	67,53%

(c) Detalhamento das Operações Passivas:

31/12/2018		31/12/2017	
Capital Social das Partes Relacionadas	% Em relação à Capital Social Total	Capital Social das Partes Relacionadas	% Em relação à Capitalizações Total
2.961.260	3,14%	2.569.893	2,73%

(d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais e alienação fiduciária.

GARANTIAS PRESTADAS DE PARTES RELACIONADAS EXERCÍCIO 2018		Total das Garantias
Natureza da Operação de Crédito		
Empréstimos e Financiamentos		57.397
Alienação fiduciária Veículos		193.529
Total		250.926

e) Detalhamento das Operações Ativas:

OPERAÇÕES ATIVAS			
Operação de Crédito - Transações com partes Relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em relação à carteira total
Empréstimos e Financiamentos	250.926	5.782	0,34%

f) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de:

Natureza das Operações Ativas e Passivas Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa média % carteira total
Empréstimos e Financiamentos	2,40%	2,40%
Alienação fiduciária Veículos	1,85%	1,85%

NOTA 19 – COOPERATIVA CENTRAL

A BARRACRED COSAN, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe a Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A BARRACRED COSAN responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de bens e veículos de propriedade da cooperativa.

NOTA 21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A BARRACRED COSAN opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

Nos exercícios de 2018 e de 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 22 - GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE RISCOS E DE CAPITAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada

pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

22.1. Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

22.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90

(noventa) dias;
g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress."

22.3. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

22.4. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

22.5. Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

22.6. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem. São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continui-

dade de Negócios para validar a efetividade.

NOTA 23 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 25 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de **R\$ 108.970.492**, em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 26 – OUTROS ASSUNTOS

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a conseqüente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Luis Carlos Veguin
Diretor Presidente

Celso Renato Geraldin
Diretor Administrativo

Jorge Pachelli
Contador
CRC 1SP254667/O-8

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Cosan – Barracred Cosan Barra Bonita - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Cosan – Barracred Cosan, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Cosan – Barracred Cosan, que em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contá-

beis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exerce-

mos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamen-

tadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo/SP, 22 de fevereiro de 2019.

Edimilson Artilha Vieira
Contador - CRC – SP 280575/O
CNAI 4726

PARECER DO CONSELHO FISCAL

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO COSAN – BARRACRED COSAN

NIRE 35.400.042.150

CNPJ N.º 01.439.107/0001-01

Os abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Cosan** – Barracred Cosan, CNPJ nº 01.439.107/0001-01 e NIRE 35.400.042.150, no desempenho das suas funções definidas na legislação e Estatuto Social vigentes, procederam ao exame e análise do Balanço Geral e demais Demonstrações Financeiras da referida entidade, levantados em 31.12.2018 pelo Órgão Contábil da Sociedade.

Os exames e análises foram complementados pelos responsáveis da contabilidade com dados e informações considerados necessários.

Foram objetos de exame: o Parecer dos Auditores Independentes da **CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa**, no qual se destacaram os principais atos de gestão da entidade no exercício de 2018, e os resultados apurados no levantamento do Balanço da entidade. A vista das análises feitas no Balanço Geral, nas Mutações

do Patrimônio Líquido e nas Origens e Aplicações de Recursos que os acompanham, os quais expressam, com propriedade, os resultados da gestão de negócios da entidade no exercício findo.

O Conselho Fiscal, respaldado no Parecer dos Auditores Independentes, opina no sentido de ordem legal, favoravelmente pela aprovação das referidas demonstrações financeiras e contábeis em 31 de dezembro de 2018 de modo a estarem em condições de serem submetidas à aprovação dos delegados em Assembleia Geral.

Barra Bonita (SP), 21 de março de 2019.

BRUNO BIDOIA

WILIAM CESAR PASQUETTA

MARIE EGASHIRA